

23 de setembro de 2016

Principais Agregados das Administrações Públicas
2015 – Dados provisórios

Principais Agregados das Administrações Públicas

O INE apresenta os dados dos Principais Agregados das Administrações Públicas, relativos à estimativa provisória anual de 2015 e enviados ao Eurostat no âmbito do programa de transmissão SEC 2010¹.

De acordo com esta estimativa provisória, o setor das Administrações Públicas apresentou, em 2015, uma necessidade líquida de financiamento de 7 821 milhões de euros (4,4% do PIB).

As contas do setor das Administrações Públicas apresentadas neste destaque são compiladas de acordo com os conceitos e definições do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais 2010 (SEC 2010). Complementarmente são seguidas as orientações específicas do Manual do Défice e da Dívida das Administrações Públicas².

Os dados apresentados são consistentes com a segunda notificação de 2016 relativa ao Procedimento dos Défices Excessivos (PDE), também hoje divulgada.

O quadro 1 apresenta os valores provisórios dos principais agregados das Administrações Públicas para o ano de 2015, discriminados por subsectores:

QUADRO 1 - PRINCIPAIS AGREGADOS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - DADOS PROVISÓRIOS

ANO: 2015

Unidade: Milhões de euros

Código da operação	Designação da operação	Administrações Públicas	Administração Central	Administração Regional e Local	Fundos de Segurança Social
		S13	S1311	S1313	S1314
TE	Total de despesas das administrações públicas	86 825	65 892	10 666	22 988
TR	Total de receitas das administrações públicas	79 004	56 141	11 483	24 101
B.9	Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (saldo em Contas nacionais)	-7 821	-9 751	817	1 113

Nota:
Para o total das despesas e total das receitas a soma dos subsectores não é igual ao valor do total do sector, por efeitos de consolidação de algumas operações.

¹ Regulamento (UE) n.º 549/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2003, relativo ao sistema europeu de contas nacionais e regionais na União Europeia.

² Este documento encontra-se disponível em <http://ec.europa.eu/eurostat/web/products-manuals-and-guidelines/-/KS-GQ-14-010>

O setor institucional das Administrações Públicas registou uma necessidade líquida de financiamento de 7 821 milhões de euros em 2015 (4,4% do PIB). Esta necessidade de financiamento agregada teve origem no subsetor da Administração Central, dado que os subsectores da Administração Regional e Local e dos Fundos de Segurança Social apresentaram capacidade líquida de financiamento.

O quadro 2 apresenta as principais componentes da receita das Administrações Públicas, com a natureza de valores finais para o ano de 2014 e provisórios para o ano de 2015:

QUADRO 2 - RECEITAS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

Unidade: Milhões de euros

Código da operação	Designação da operação	2014	2015
OTR	Receita Total	77 196	79 004
	Receita Corrente	75 451	77 477
	da qual		
D2	Impostos sobre a produção e a importação	24 561	26 104
D61	Contribuições Sociais	20 457	20 775
D5	Impostos correntes sobre o rendimento, património, etc...	19 003	19 438
D9	Receita de Capital	1 744	1 527

A receita total das Administrações Públicas aumentou 2,3% em 2015 face ao valor de 2014. Este aumento deveu-se à melhoria da receita corrente, uma vez que as receitas de capital, com um peso de apenas 1,9% no total da receita, apresentaram uma diminuição de 12,5% no período em consideração.

A receita corrente registou um aumento de 2,7% em 2015 face a 2014, sendo de destacar o crescimento de 6,3% dos impostos sobre a produção e a importação. Este aumento refletiu-se no peso destes impostos no total das receitas das Administrações Públicas (passando de 31,8% em 2014, para 33% em 2015), tendo as restantes operações mantido a sua contribuição percentual praticamente inalterada.

O quadro 3 apresenta as principais componentes da despesa das Administrações Públicas:

QUADRO 3 - DESPESAS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

Unidade: Milhões de euros

Código da operação	Designação da operação	2014	2015
OTE	Despesa Total	89 598	86 825
	Despesa Corrente	78 881	79 095
	da qual		
D1	Remunerações dos Empregados	20 515	20 273
D62	Prestações Sociais, exceto Prestações Sociais em espécie	30 810	31 321
D41	Juros	8 483	8 191
D9+P5+NP	Despesa de Capital	10 717	7 731

No período em análise ocorreu uma diminuição de 3,1% da despesa total das Administrações Públicas, tendo sido relevante para esta alteração a evolução da despesa de capital, uma vez que a despesa corrente apresentou uma variação positiva de 0,3% entre 2014 e 2015.

A redução acentuada na despesa de capital (em 27,9%) deveu-se a operações extraordinárias nos dois anos em análise. Em 2014 essas operações totalizaram 6,1 mil milhões de euros (capitalização do Novo Banco, operações de financiamento do Estado à STCP e à Carris e o *write-off* de *non performing loans* do BPN Crédito, detidos pela Parvalorem, S.A.). Em 2015, a despesa de capital inclui 2,5 mil milhões de euros correspondente ao impacto da resolução do Banif. Excluindo estas operações extraordinárias, a despesa de capital aumentou cerca de 731 milhões de euros, refletindo uma variação positiva de 21% na formação bruta de capital.

Relativamente à despesa corrente, é de salientar a diminuição de 3,4% nos encargos com juros e de 1,2% nas remunerações dos empregados, ao mesmo tempo que as prestações sociais, exceto prestações sociais em espécie, apresentaram um aumento de 1,7%.

O quadro 4 apresenta os saldos das Administrações Públicas, valores finais para 2014 e provisórios para 2015:

QUADRO 4 - SALDOS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

Unidade: Milhões de euros

Código da operação	Designação da operação	2014	2015
B9	Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (saldo em Contas nacionais)	-12 402	-7 821
	Saldo Corrente	-3 429	-1 617
B9 - D41	Saldo Primário	-3 919	370

A necessidade líquida de financiamento do setor das Administrações Públicas reduziu-se em 4 591 milhões de euros face a 2014, fixando-se em 7 821 milhões de euros (4,4% do PIB), em resultado da conjugação da diminuição da despesa (em 3,1%) e do aumento da receita (em 2,3%).

O saldo primário, correspondente ao saldo global excluindo o pagamento de juros, foi positivo em cerca de 370 milhões de euros, verificando-se uma melhoria de 4 290 milhões de euros face ao ano anterior.

Revisões

Relativamente aos valores apresentados em março passado, os dados de 2014 apresentam agora uma natureza final, com a incorporação de informação também final referente a todas as entidades das Administrações Públicas. Os dados respeitantes a 2015 apresentam ainda uma natureza provisória. As revisões efetuadas relativamente à versão inicial de 2015, refletem não apenas a incorporação de dados revistos da Administração Local, do Serviço Nacional de Saúde e da Informação Empresarial Simplificada (IES), mas também o uso de informação adicional baseada na especialização do exercício (*accrual*), em lugar de informação baseada em fluxos de caixa, para um conjunto mais vasto de entidades. Comparativamente com a publicação de março passado, as necessidades de financiamento de 2014 e 2015 foram revistas em baixa cerca de 44 e 72 milhões, respetivamente.